



INTERPELAÇÃO ESCRITA

Dar atenção às medidas complementares do plano de desenvolvimento da economia das “primeiras lojas”

Há dias, terminou o prazo para candidaturas à 1.^a fase do “Plano para o Desenvolvimento Económico no âmbito de Apoio ao Estabelecimento da Primeira Loja em Macau” (adiante designado por “Plano”). Segundo os dados divulgados pelo Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento, foram apresentadas mais de 40 candidaturas, envolvendo marcas do Interior da China, Portugal e Tailândia; de entre estas candidaturas, 87 por cento resultaram da colaboração entre empresas de Macau e marcas estrangeiras, e 46 por cento visam estabelecer as suas primeiras lojas em áreas específicas definidas no Plano, como a ZAPE, e as zonas de San Kio e da Areia Preta. Com a 2.^a fase do Plano a abrir candidaturas entre 1 de Maio e 31 de Julho do presente ano, a sociedade está atenta à questão de como é que as autoridades vão otimizar a sua implementação através das experiências adquiridas na 1.^a fase do Plano e diligenciar para gerar efeitos sinérgicos com outras medidas económicas destinadas aos bairros comunitários.

Em primeiro lugar, após a apreciação e aprovação do apoio financeiro, como é que as autoridades vão garantir que o uso do erário público contribui efectivamente para dinamizar a economia comunitária? Trata-se de uma questão alvo da atenção da sociedade. O objectivo nuclear do Plano não é apenas introduzir novas marcas, mas também, através da sua entrada no mercado, atrair mais consumidores para determinados bairros comunitários, impulsionando, assim, os negócios dos lojistas e gerando efeitos de repercussão. Se o apoio



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

financeiro for concedido apenas a alguns lojistas sem acompanhamento e avaliação subsequentes, será difícil avaliar os resultados efectivos e ter fundamentos científicos para o ajustamento do Plano.

Em segundo lugar, que se saiba, quase metade das candidaturas ao Plano optou por instalar as suas primeiras lojas em determinados bairros comunitários; entretanto, apesar de possuírem características próprias, alguns destes bairros não são zonas turísticas tradicionais, logo, os visitantes têm pouco conhecimento sobre os mesmos. Neste sentido, mesmo que as novas marcas se instalem em Macau com sucesso, se não houver medidas complementares de promoção para atrair visitantes, será difícil aumentar o fluxo de visitantes nos bairros comunitários só dependendo da atractividade das próprias marcas, podendo levar a situações de “aglomerações de pessoas só durante a abertura de novas lojas” sem alcançar efeitos pretendidos de impulsionamento da economia comunitária.

Por fim, com o terminar do prazo para candidaturas à 1.^a fase do Plano e o lançamento, em breve, da 2.^a fase, há que saber como combinar a entrada de novas marcas com as medidas de estímulo à procura interna. Por exemplo, é possível articular a inauguração das primeiras lojas com as medidas anteriores do Governo como o “Grande prémio para o consumo nas zonas comunitárias”, para gerar efeitos cumulativos ao nível do impulsionamento do consumo em Macau e da dinamização da economia comunitária, permitindo, assim, às novas marcas que, após a sua instalação em Macau, mantenham a exploração e se integrem efectivamente nos bairros comunitários. Assim, as autoridades devem avançar, com antecedência, com o respectivo planeamento.

Assim sendo, interpele sobre o seguinte:

1. A 1.^a fase do Plano foi bem-acolhida. Para além da apreciação e aprovação



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

do apoio financeiro, as autoridades devem criar um mecanismo de acompanhamento e avaliação periódicos aos projectos subsidiados, nomeadamente para avaliar os resultados efectivos na captação de fluxo de pessoas e na promoção dos negócios dos lojistas nos bairros comunitários, a situação de criação de empregos para os locais e a exploração contínua das marcas, com vista a garantir que o uso do erário público contribui efectivamente para dinamizar a economia comunitária, assim como a ajustamentos e optimização de fases subsequentes do Plano. Vão fazê-lo?

2. Cerca de metade das candidaturas ao Plano optou por instalar as suas primeiras lojas em determinados bairros comunitários. Então, que medidas complementares de promoção e captação de visitantes têm as autoridades, para aumentar o fluxo de visitantes e dinamizar a economia dos bairros comunitários, em articulação com as marcas envolvidas no Plano?

3. Para reforçar a eficácia das medidas, em termos da procura interna, as autoridades vão lançar novas medidas para estimular o consumo nos bairros comunitários, de modo a que o Plano contribua ainda mais para a promoção do consumo em Macau e a dinamização da economia comunitária?

13 de Março de 2026

A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,

Loi I Weng